



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS TERESINA CENTRAL
DIRETORIA DE ENSINO
DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA

MARINA MARIA PIRES BOTELHO

AS CONTRIBUIÇÕES DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO
DOCENTE PARA ALUNOS DO IFPI TERESINA CENTRAL

TERESINA-PI
NOVEMBRO/2020

MARINA MARIA PIRES BOTELHO

**AS CONTRIBUIÇÕES DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO
DOCENTE PARA ALUNOS DO IFPI TERESINA CENTRAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Licenciatura em Química
do Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Piauí - Campus Teresina Central.

Orientador: Prof^a. Luzia Áurea Bezerra Albano Barbosa

**TERESINA-PI
NOVEMBRO/2020**

MARINA MARIA PIRES BOTELHO

**AS CONTRIBUIÇÕES DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO
DOCENTE PARA ALUNOS DO IFPI TERESINA CENTRAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Licenciatura em Química
do Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Piauí - Campus Teresina Central.

Aprovada em: 12/11/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Luzia Áurea Albano Barbosa
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Prof.^a Antônia Ravache Oliveira Silva
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Prof. Fábio Batista da Costa
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente por me conduzir em meus passos, ser meu porto seguro, um pai consolador e fiel.

Agradeço à minha família que me apoiou e me deu forças para continuar essa jornada.

Agradeço ao meu digníssimo esposo Fabiano Botelho que me ajudou em todos os momentos, me aconselhou e me apoiou em minhas decisões.

Agradeço à minha orientadora Áurea Albano que mesmo atarefada aceitou me orientar e me apoiar nessa missão.

Agradeço ao Instituto Federal do Piauí e a todos os meus professores que se dedicaram a nos repassar todo o conhecimento adquirido e suas experiências.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições do Programa Residência Pedagógica na formação docente dos alunos do curso de Licenciatura em Química. A pesquisa foi realizada com alunos de química, que fizeram parte do quadro de bolsistas da primeira edição do Programa Residência Pedagógica no Instituto Federal do Piauí - Campus Teresina Central. Os objetivos específicos são: investigar por meio de questionários, informações a respeito da importância da residência pedagógica na vida dos licenciandos; identificar quais as contribuições da residência pedagógica na vida acadêmica e definir quais as experiências mais importantes adquiridas durante a permanência no programa. Na metodologia utilizou-se questionário com perguntas abertas elaborado no Google Forms, enviado virtualmente para os licenciandos. Os resultados obtidos demonstraram que os residentes adquiriram muitas experiências em sala de aula, com elaboração de projetos, vivência no âmbito escolar e planejamento de aulas e atividades. Tais experiências são fundamentais para o crescimento profissional do docente. Também passaram por certas dificuldades como encontrar uma escola para atuar e falta de informações e organização do projeto, dificuldades essas que podem ser sanadas no decorrer de mais edições do programa na instituição.

Palavras-chave: Residência Pedagógica; química; vida acadêmica.

ABSTRACT

This article aims to analyze the contributions of the Pedagogical Residency Program in the academic life of chemistry students. The research was carried out with chemistry students taking courses from the second half of the course and who were part of the scholarship holders of the first edition of the Pedagogical Residency Program at the Federal Institute of Piauí. The specific objectives are: to investigate through questionnaires information about the importance of the pedagogical residency in the life of the graduates, to identify which are the contributions of the pedagogical residency in the academic life and to define which are the most important experiences acquired during the stay in the program. The methodology used a questionnaire with open questions elaborated in Google Forms sent virtually to the licensees. The results obtained demonstrate that the residents acquired many experiences in the classroom, with the elaboration of projects, experience in the school environment and planning of classes and activities, such experiences are fundamental for the professional growth of the teacher. They also went through certain difficulties, such as finding a school on the list made available to act and lack of information and organization of the project, difficulties that can be resolved in the course of more editions of the program at the institution.

Keywords: Pedagogical residency; chemistry; academic life.

INTRODUÇÃO

A Residência Pedagógica (RP) é um programa que atende licenciandos a partir da metade do curso objetivando o aperfeiçoamento da formação docente. A proposta é que se promova a imersão do licenciando em uma escola de educação básica, contemplando desde a observação em sala de aula, elaboração de projetos de intervenção até a regência de sala de aula com auxílio de um professor preceptor, devidamente cadastrado no programa, que seja orientado por um docente da instituição de ensino superior.

A Residência Pedagógica (RP) no IFPI – Campus Teresina Central tem como objetivo complementar a formação acadêmica do licenciando, dando a oportunidade de vivenciar a rotina escolar para uma melhor adaptação no âmbito escolar. O residente inicia no programa com um manual de etapas a serem cumpridas até o final do programa com duração de 18 meses. Ao final de cada etapa cumprida é preenchido um plano de atividades que é repassado ao preceptor, este repassa ao docente orientador. As etapas são realizadas em escolas de ensino fundamental e ensino médio cadastradas no programa.

O aluno residente ao final do programa sairá com um currículo acrescido de experiências em salas de aula com uma variedade de alunos em diferentes níveis de ensino, terá enfrentado muitos desafios em relação a planejamento de aula, elaboração de projetos e resolução de problemas do cotidiano de sala de aula.

O tema Residência Pedagógica é relevante para a formação docente, visto que durante o estágio supervisionado é que o licenciando vai se identificando com o curso. O programa residência pedagógica está diretamente associado ao estágio, sendo uma proposta mais elaborada de imersão do licenciando no meio escolar. Por meio dessa investigação foi possível saber algumas concepções dos alunos que participaram do projeto piloto da residência e sua contribuição para a formação acadêmica e docente.

EMBASAMENTO TEÓRICO

Breve retrospectiva da formação docente no Brasil

Segundo Horikawa (2015, p. 12) “os primeiros formadores do Brasil foram os jesuítas”. Esses religiosos catequizaram os índios durante a colonização portuguesa, com intuito de disseminar a fé católica e de formar a elite colonial que pudesse frequentar universidades europeias. Eles ensinavam a educação formal a jovens brancos, filhos de grandes proprietários, ensinando a leitura de clássicos latinos e gregos, introduzindo os valores aristocráticos. Já os índios eram apenas catequizados, não se conseguia articular os interesses portugueses com os trabalhos indígenas.

Contemporâneo a este contexto histórico, foram implantadas as escolas jesuíticas, que se tornaram um momento inicial de preocupação com a educação brasileira. Por outro lado, a educação era baseada na reprodução e memorização dos conteúdos. Entretanto, no início do século XVIII, as escolas foram fechadas, sendo acusadas de conspiração contra o reino.

Como consequência do fechamento das escolas jesuíticas e expulsão dos Jesuítas do Brasil, foi começada a formação de professores em 1827 com a Escola de Primeiras Letras em todas as vilas, lugarejos e cidades mais povoadas como vemos na Lei de 15 de outubro de 1827.

“D. Pedro I, por Graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembleia Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão (sic) as escolas de primeiras letras que forem necessárias.

Art. 2º Os Presidentes das províncias, em Conselho e com audiência das respectivas Câmaras, enquanto não estiverem em exercício os Conselhos Gerais, lugares pouco populosos e remover os Professores delas para as que se criarem, onde mais aproveitem, dando conta a Assembleia Geral para final resolução.

Art. 3º Os presidentes, em Conselho, taxarão interinamente os ordenados dos professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 anuais, com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares, e o farão presente a Assembleia geral para a aprovação.

Art. 4º As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

Art. 5º Para as escolas do ensino mútuo se aplicarão os edifícios, que couberem com a suficiência nos lugares delas, arranjando-se com os utensílios necessários à custa da Fazenda Pública e os Professores que

não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais.

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.”

A formação acontecia pelo método mútuo, não havia a preocupação com a parte pedagógica. Nessas escolas os alunos aprenderiam o básico da educação, como ler, escrever, as operações matemáticas assim como princípios cristãos e religião católica.

Saviani (2008, p. 12) faz menção do texto da lei em que o artigo 5º em que deve-se dar mais atenção, pois é ele que norteia a educação realizada nas escolas, referindo-se a obrigatoriedade do método, da forma de organização e os conteúdos a serem ministrados.

Após o advento da república houve mudanças na educação começando pela escola normal do estado de São Paulo. Foi começada a reforma com o Decreto n. 27 de 12 de março de 1890 em que o terceiro considerando dizia: “Considerando que, sem professores bem preparados, praticamente instruídos nos modernos processos pedagógicos e com cabedal científico adequado às necessidades da vida atual, o ensino não pode ser regenerador e eficaz.”(SÃO PAULO, 1980).

Segundo Saviani (2005, p. 145) “a reforma do programa de estudos da escola normal, implicou por um lado, o enriquecimento dos conteúdos curriculares anteriores e, por outro, uma ênfase nos exercícios práticos de ensino.” O enriquecimento dos conteúdos curriculares está relacionado à ampliação de algumas disciplinas, separação e junção de outras, quanto aos exercícios práticos, está relacionado a aprendizagem de trabalhos manuais e a adição da educação física ao currículo.

A LDB, Lei 9.394/96 fala sobre a formação dos profissionais da educação nos artigos 61 e 62, onde regulamenta todo o processo de formação e instituições formadoras. O parágrafo único do artigo 67 faz uma colocação importante sobre a experiência docente ao mencionar que a experiência docente é pré-requisito para exercer suas funções no magistério nos termos de cada instituição de ensino.

A Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de

Profissionais de Magistério para a Educação Básica. A resolução define princípios e fundamentos que nortearão a formação profissional. O artigo 3º, parágrafo 5º, incisos V , VI e VII falam desses princípios da formação docente com relação à prática docente (estágio).

V - a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VI - o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério;

VII - um projeto formativo nas instituições de educação sob uma sólida base teórica e interdisciplinar que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação.

Segundo o que está sendo citado no inciso V, deve haver uma associação entre a teoria e a prática para que se tenha uma formação plena, isso porque no estágio é o momento que o professor começa a adquirir experiência da sala de aula. Deve haver um projeto nas instituições que defina como deverá ser realizado o estágio conforme a especificidade do curso.

No ano de 2019 foi criada uma nova resolução que altera o artigo 22, a resolução CNE/CP nº 1 de 2 de julho de 2019 fazendo menção à Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2019).

A mesma diz que “Os cursos de formação de professores, que se encontram em funcionamento, deverão se adaptar a esta Resolução no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados da publicação da Base Nacional Comum Curricular[...]”, sendo ela agora o documento norteador mais específico baseado nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais), que determina de forma mais clara os objetivos da aprendizagem.

Nesse mesmo ano foi criada a Resolução CNE/CP nº 2 de 20 de dezembro de 2019 que além de instituir novas diretrizes de forma coerente a BNCC (2019) para formação docente. De acordo com o artigo 2º desta resolução:

A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral.

Nesse artigo, fica claro que durante a formação docente, o licenciando deve desenvolver competências descritas na BNCC (2019) que são consideradas essenciais para a educação integral, ou seja, desenvolvimento global dos estudantes.

A Regulamentação do estágio supervisionado

Quando se trata de formação docente não se deve esquecer o estágio que foi citado pela primeira vez na literatura no ano de 1080, que significava do latim medieval residência ou local para morar ou do latim clássico “estar em um lugar”, segundo Collombo e Ballão (2014, p. 173) ao citar a Lei do Estágio nº 11.788/08.

Segundo Collombo e Ballão (2014, p. 173) “as mudanças no conceito de estágio acompanharam evolução da legislação educacional”. Houve um confronto em torno da nova legislação, pois existiam os que defendiam o estágio com foco na escola e outros que defendiam o estágio com foco no interesse das empresas.

Durante a ditadura militar, o Ministério do Trabalho e Previdência Social sancionou a Portaria nº 1.002 de 29 de setembro de 1967. Assim foram definidos alguns pontos importantes do estágio, como a sua importância, afirmação de contrato contendo a duração, carga horária, valor da bolsa e seguro contra acidentes pessoais, sem vínculos empregatícios.

No IFPI o estágio supervisionado nos cursos de licenciatura está normalizado pela Resolução CONSUP/IFPI nº 18/2015, esta por sua vez torna o estágio obrigatório em todos os cursos de licenciatura e será realizado em espaços de formação, escolas e instituições vinculadas à instituição de ensino, sendo orientadas por um orientador de área específica ou pedagógica, supervisor de área específica ou pedagógica e o professor titular da escola campo, ele visa a complementação do processo de ensino-aprendizagem.

O surgimento da residência e sua inserção na educação.

A área médica foi pioneira neste tipo de especialização, direcionada ao aperfeiçoamento acadêmico da prática em serviço. Surgiu em 1879 nos Estados Unidos da América e, no Brasil, somente em 1945, na Universidade de São Paulo

(USP), modalidade inicialmente denominada de internato. Esta modalidade foi regulamentada no Brasil em 5 de setembro de 1977, por meio do decreto presidencial nº 80.281. (MARTINS, et. al. 2016, p. 2)

A questão da residência na área da Educação não é uma discussão nova no Brasil e tem surgido também sob diferentes nomenclaturas. A primeira discussão surgiu em 2007, com uma proposta do Senador Marco Maciel (DEM/PE) em que admitiu ter se inspirado na residência médica, apontando-a como um avanço na formação dessa categoria. Pelo PLS 227/07, a *residência educacional* teria carga horária mínima de 800 horas e, dois anos após haver sido implementada, passará a se exigir certificado de aprovação para professores dos anos iniciais do ensino fundamental. A Residência Pedagógica como projeto constituído pela CAPES criado em 2011 e implantado em 2012 tem na sua proposta que os professores residentes frequentem um centro de excelência da educação básica no qual eles realizam atividades teórico-metodológicas, equivalente a um curso de pós-graduação *lato sensu* e tem como fundamento o conceito de “imersão” e parceria na atividade prática entre diferentes instituições. (SILVA & CRUZ, 2018)

De acordo com a Portaria nº 38 de 28 de fevereiro de 2018 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi instituído o programa Residência Pedagógica com os seguintes objetivos destacados no artigo 2º:

Art. 2º São objetivos do Programa de Residência Pedagógica:

- I. Aperfeiçoar a formação dos discentes dos cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e que conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnósticos sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias;
- II. Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica;
- III. Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e aquelas que receberão os egressos das licenciaturas, além de estimular o protagonismo das redes de ensino na formação de professores; e
- IV. Promover a adequação dos currículos e das propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os objetivos apresentados pela Residência Pedagógica são relevantes à formação docente, pois se trata de questões importantes como o estágio supervisionado e a adequação do currículo com as orientações da BNCC (2019). Com essa proposta o estagiário se sentirá mais seguro por estar cumprindo essa

carga horária em um colégio cadastrado na IES e fará um planejamento adequando-se à BNCC que foi homologada em dezembro de 2017.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com 21 alunos dos 22 residentes do curso de Licenciatura em Química do Campus Teresina Central – IFPI. Devido a problemas de comunicação, um dos residentes não respondeu ao questionário fornecido. A metodologia foi elaborada com caráter de pesquisa de opinião onde escolheu-se as respostas que respondiam com mais ênfase o assunto tratado na pesquisa e as que fizeram uma reflexão importante sobre o tema. Contribuições que podem ser: Conhecimento adquirido ao longo do programa, experiências vividas que proporcionaram uma construção significativa de saberes para os residentes e para os alunos envolvidos e quais as perspectivas futuras no programa.

Os dados foram coletados por meio de pesquisa qualitativa com questões abertas realizada por meio de formulários online no Google Forms.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para realização da pesquisa foi elaborado um questionário no Google Forms com 05 (cinco) perguntas abertas enviadas virtualmente para os alunos residentes de química, que realizaram a residência pedagógica no período de 2018-2019, que cumpriram 18 meses no programa.

A primeira pergunta do questionário foi sobre a percepção dos discentes sobre os pontos positivos e negativos ao participar do programa. Dentre os pontos positivos apresentou-se como destaque nas respostas do licenciandos a aquisição de experiência em sala de aula. Para subsidiar tal observação, Costa e Fontoura dizem o seguinte:

Entendemos que o período inicial da docência não apenas significa um momento de aprendizagem do ofício de ensinar, em função do contato com alunos. Significa, também, um importante momento de socialização profissional, da inserção na cultura escolar, da interiorização das normas, valores institucionais, preceitos, comportamentos e procedimentos (COSTA E FONTOURA., 2015, p. 163-164).

De acordo com a fala do autor é podemos ter uma percepção da importância do ofício de ensinar, na maioria das respostas do questionário os residentes tocaram nesse ponto sobre experiência em sala, que vai além da aula, mas da inserção naquele ambiente com todos os seus procedimentos e normas.

Outros pontos positivos foram: a carga horária válida como estágio supervisionado, produção de trabalhos científicos, vivenciar teorias pedagógicas estudadas durante o curso, organização de cronogramas de conteúdos e atividades e ajuda financeira para realizar projetos. Como vemos em algumas das respostas abaixo:

RESIDENTE A: “Desenvolvimento de uma postura mais profissional, autonomia em sala de aula, vivenciar as teorias pedagógicas estudadas durante o curso, adquirir experiências com outros professores”.

RESIDENTE B: “Os pontos positivos foi porque pode ser considerado o estágio dentro da grade obrigatória do curso, a ajuda financeira para realizar projetos.”

RESIDENTE C: “[...] Produção de trabalhos científicos e ouvir os relatos dos residentes que contribuiu bastante na formação.”

RESIDENTE D: “Experiência na profissão docente, aprendizagem de metodologias de ensino, organização das atividades a serem realizadas em sala de aula, organização de cronogramas de conteúdos e atividades”.

Pode-se destacar, também, a carga horária válida como estágio supervisionado, uma vez que durante o período do curso do licenciando, há uma cobrança quanto a estágios com cargas horárias a serem cumpridas para tanto, o programa trouxe essa possibilidade. Logo, o licenciando além de cumprir a carga horária do estágio pôde fazer parte de um programa que viabiliza a realização de projetos, a aquisição de uma bolsa e um certificado que contribui no currículo acadêmico.

Os pontos negativos são também de extrema importância para identificarmos e entendermos o que precisa ser feito para melhorar a RP. Dentre esses pontos negativos é necessário que se destaque a falta de organização/informação no cronograma e no projeto, como vemos em algumas das respostas abaixo:

Residente A: “Pontos negativos foi a falta de organização...”

Residente B: “Organização do cronograma, (muitas vezes as atividades para os residentes eram passadas em cima da hora e tínhamos que cumprir).”

Residente C: “A falta de informação era demais...”

Residente D: “Havia muita falta de informação no programa.”

Residente E: “A falta de organização do projeto e o próprio planejamento dele.”

Residente F: “Foi muito inconstante, com exigências não muito claras e algumas até desnecessárias.”

Residente G: “Negativo por não ser organizado em relação a sanar as dúvidas que tínhamos no decorrer do programa e deixava a gente bem confusos no que era para ser feito em relação às cargas horárias.”

Após a leitura dessas respostas, pode se inferir que durante a permanência no programa, os alunos enfrentaram problemas quanto à informação necessária na realização das atividades (observação, regência e realização de projetos), isso deve-se a falta de organização que deixou a desejar quanto a explicação das cargas horárias conforme as observações dos envolvidos.

Outro ponto negativo a ser colocado em discussão foi a falta de escolas cadastradas. Uma vez que muitos dos licenciandos entrevistados reclamaram da falta de escolas no cumprimento da carga horária estabelecida.

Uma lista de escolas cadastradas foi entregue aos residentes no início do programa, na qual estavam os nomes das escolas, professores das áreas disponíveis e os endereços. Algumas muito distantes para os alunos e, por outro lado, outras não tinham professores suficientes para atender a demanda. No início da residência, alguns professores supervisores tiveram que aceitar mais de um aluno para o atendimento. Na primeira etapa de observação, houve uma melhoria gradativa, no entanto, nas etapas seguintes de regência, houve uma necessidade de encontrar novas escolas fora da lista disponibilizada. Isso aconteceu com vários residentes e eles tiveram que procurar escolas de fácil acesso para a realização de suas atividades.

Outros pontos negativos foram os prazos, a carga horária extensa, ausência do preceptor, falta de respeito dos alunos em sala de aula, valor da bolsa, choques de horários e falta de diálogo por parte da equipe envolvida no programa. Esses pontos mencionados são menos relevantes quanto à quantidade de respostas

equivalentes a eles, mas devem ser analisados para que haja uma maior produtividade por parte dos residentes.

A segunda pergunta tem como tema principal as experiências que os residentes consideram importantes/essenciais adquiridas na Residência Pedagógica. A resposta mais obtida foi experiência em sala de aula que se sobressaiu diante das demais. Almeida (2010) faz uma colocação importante sobre esse ponto dizendo que “a atuação profissional constitui, talvez, a mais importante fonte de aquisição de saberes. São nos diversos momentos na escola nas mais diversas situações que os professores constroem seus saberes.”

Essas experiências de vivência são muito valiosas pois agregam conhecimento prático à vida acadêmica, tornando possível a tomada de decisões, autonomia do professor e a construção da sua identidade.

Outras respostas foram:

RESIDENTE A: “Desenvolvimento de novas metodologias em sala de aula.”

RESIDENTE B: “Saber distinguir o que realmente era importante para ser realizado.”

RESIDENTE C: “Capacidade em lidar em situações conflitantes, a versatilidade que o professor adquire em buscar meios para os alunos compreenderem.”

RESIDENTE D: “O planejamento das aulas e a elaboração de metodologias ativas.”

Percebe-se que através destas respostas, que os graduandos participantes da RP concebem que a atuação do professor vai além do planejamento no papel a ser cumprido diariamente. O professor atuante necessita sempre se renovar e refletir o seu trabalho para que seu desempenho seja refletido não só nas notas dos alunos, mas também no nível de aprendizagem que eles adquiriram com aquela metodologia.

A terceira pergunta se mostrou bem incentivadora quanto às respostas bem colocadas. Ela faz relação ao que se aprendeu durante a permanência na Residência Pedagógica. A maioria falou que aprendeu a ser professor e a se sentir professor.

Para Marcelo (2009) citado por Mendes e Baccon (2015, p. 2)

Nos dias de hoje, ser professor se configura em compreender que tanto os alunos como o conhecimento transformam-se muito rapidamente, mais do

que o que estávamos habituados, e para continuar respondendo adequadamente ao direito discente de aprender é preciso que os professores se esforcem também para continuar aprendendo. MENDES E BACCON (2015, p. 2)

O ser professor se faz no dia a dia do planejamento de aulas e elaboração de atividades, na relação com os alunos, na reflexão da profissão, busca de novas metodologias e também quando o professor se dedica a crescer no conhecimento sendo constantemente o aluno dedicado que ele deseja ter.

Paralelo ao contexto de reflexão da profissão professor, uma das respostas foi bem reveladora quanto a saída da zona de conforto, como mostrada abaixo:

RESIDENTE A: “[...] Com a maturidade que adquiri durante o curso, não abandonei a ideia de modificar o que não está dando certo, mas também consigo perceber que não depende apenas de um fator, é toda uma estrutura que precisa ser modificada[...].”

Observando a resposta do residente, percebe-se uma reflexão importante e necessária para se compreender como o ser professor pode impor desafios e o professor precisa estar pronto a mudar e modificar o que for preciso para que haja uma melhor atuação e não venha a frustração.

A quarta pergunta diz respeito à recomendação da Residência Pedagógica para outros acadêmicos. Quase todas as respostas foram sim, algumas com suas justificativas, uma apenas foi não, sem justificativa. Para as respostas justificadas retornou-se aos pontos anteriormente citados, como organização do programa e os problemas enfrentados que são relevantes para o crescimento pessoal e profissional.

Todos os problemas enfrentados na vida acadêmica não se comparam com os problemas enfrentados quando se assume uma turma e se torna o professor titular. Aquele que tem toda a autonomia em sala de aula, deve estar sempre se reinventando, conhecendo todos os tipos de alunos e a verdadeira essência de ser professor. Vejamos o que diz Pereira (2014, p. 17):

Os cursos de licenciatura não preparam para a atuação nas escolas no lidar com os alunos, estão muito centrados na transmissão dos conteúdos referentes à determinada disciplina, deixando de lado a prática que é fundamental, dando muita ênfase ao teórico [...]. PEREIRA (2014, p.17)

Essa ênfase apenas ao teórico deixa os professores iniciantes cheios de conhecimento para ensinar, porém com o mínimo de experiência de sala de aula, sem saber dividir assuntos a serem ministrados, controlar tempo de aula e fazer um planejamento que possa ser moldado à necessidade da turma.

Por fim a última pergunta, foi uma questão em que os residentes puderam discorrer brevemente sobre sugestões para a implementação da Residência Pedagógica. Duas sugestões ocorreram na resposta de cinco participantes da pesquisa: aumento do número de escolas cadastradas e ampliação do diálogo entre todos os envolvidos para que o papel de cada um seja mais bem entendido. Em segundo lugar também ocorreram duas sugestões em quatro respostas: carga horária mais saudável, com menos atividades a serem cumpridas em curto prazo e acompanhamento dos preceptores.

Além das sugestões citadas acima, dois residentes acrescentaram uma sugestão a respeito da primeira etapa da RP: a formação. Segundo eles, esta etapa deveria ter carga horária maior e mais bem distribuída por ser esta, talvez, a etapa mais importante.

A carga horária da Residência Pedagógica é bastante excessiva, pois eram 80h a serem cumpridas em apenas 3 (três) meses, com toda a dificuldade de encontrar escolas cadastradas que não ficassem muito distantes de casa para se deslocar, isso de acordo com a visão alguns participantes. Foram muitos desafios que tiveram que ser vencidos dia após dia com comprometimento na profissão.

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada se propôs a questionar os alunos sobre a as contribuições do programa residência pedagógica no que diz respeito a sua formação e desafios enfrentados ao longo das etapas cumpridas no programa. Como método de pesquisa foram escolhidas questões qualitativas, que depois de realizadas foram relevantes na pesquisa para identificar as possíveis falhas no programa, saber qual a visão dos residentes antes e depois da entrada na residência pedagógica.

Levando-se em consideração esses aspectos, o trabalho abriu um leque de reflexões e argumentos sobre as dúvidas a respeito do que o programa significa na

vida acadêmica dos licenciandos e se os resultados obtidos na residência eram os esperados.

A Residência Pedagógica se torna mais completa do que um estágio supervisionado por dar ao residente as ferramentas para realização de projetos, a carga horária é maior a ser cumprida em menos tempo, porém faz com que o residente se veja como um professor cumprido uma carga horária semanal próxima da realidade do docente. A Residência Pedagógica é um programa novo na instituição, que viabiliza muitas oportunidades ao licenciando. Alguns detalhes devem ser revistos e modificados, como carga horária, número de escolas cadastradas, organização do projeto e tempo de formação, mas que em próximas edições possa ser ainda mais gratificante e reveladora aos demais acadêmicos que fizeram parte deste programa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Guenther Carlos Feitos de. **Experiência e prática docente: diálogos pertinentes.** *Revista Digital*. Buenos Aires, ano 15, Nº 150, Novembro de 2010. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd150/experiencia-e-pratica-docente-dialogos-pertinentes.htm> . Acesso em: 29 out 2020.
- BRASIL. Lei de 15 de out. de 1827. Escolas de Primeiras Letras. Brasília, out. 1827.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF. MEC, 1996.
- _____. Ministério do Trabalho e Da Previdência Social. Portaria nº 1.002, de 29 de setembro de 1967. Define condições de que possibilitem o entrosamento empresa – escola. Brasília, DF. MTPS, 1967.
- _____. Resolução CNE/CP nº 1, de 2 de julho de 2019. Alteração do art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2019. Brasília, DF. CNE, 2015.
- _____. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília, DF. CNE, 2015.
- _____. Resolução CNE/CP nº 2 de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF. CNE, 2019.
- CAPES. Portaria n. 38, de 28 de fev. de 2018. Institui o programa Residência Pedagógica. Brasília, fev. 2018.
- COLLOMBO, Mario Irineu. BALLÃO, Carmen Mazepa. **Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil.** Educar em Revista. N. 53, p. 171-186, jul/set. Editora UFPR: Curitiba, 2014.
- COSTA, Luciana Laureano; DA FONTOURA, Helena Amaral. **Residência pedagógica: criando caminhos para o desenvolvimento profissional docente.** Revista @mbienteeducação, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 161 - 177, jan. 2018. ISSN 1982-8632. Disponível em: <http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/523>. Acesso em: 29 out. 2020.
- HORIKAWA, Alice Yoko. **A formação de professores: Perspectiva histórica e concepções.** Revista Formação Docente. v. 07, n. 13, p. 11-30, ago./dez. Belo Horizonte,

2015. Disponível em: <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br> . Acesso em: 10 abr. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ.
Resolução nº 018 de 10 de novembro de 2015. Aprova o Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos Presenciais de Licenciatura do IFPI. Teresina, PI. CONSUP, 2015.

PEREIRA, Luciléia Aparecida dos Santos. **Os desafios enfrentados pelos professores na atualidade**. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação) – Universidade Estadual da Paraíba. Paraíba, p. 57. 2014.

MARTINS, Gabriela Del Mestre. **Implementação de residência multiprofissional em saúde de uma universidade federal: trajetória histórica**. Revista Gaúcha Enfermagem. 2016 set; 37(3): e57046. doi: <<http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.03.57046>>.

MENDES, Thamiris Christine. BACCON, Ana Lúcia Pereira. **Profissão docente: o que é ser professor?**. XII Congresso Nacional de Educação. Formação de Professores, Complexidade e Trabalho Docente. Out 2015. Disponível em:

https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17709_7650.pdf . Acesso em: 29 out. 2020.

SÃO PAULO. Decreto n. 27 de 12 de março de 1890. In: Coleções das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Tomo I – 1889 – 1891.

SAVIANI, D. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. Educação (UFSM), 2005. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3735/2139>. Acesso em: 08 set 2020.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores associados, 2008.

SILVA, Katia Augusta Curado Pinheiro da; CRUZ, Shirleide Pereira. A residência pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências. **Momento - Diálogos em Educação**, [S.l.], v. 27, n. 2, p. 227-247, ago. 2018. ISSN 2316-3100.

Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8062/5352>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

APÊNDICE

1. Quais os pontos positivos e negativos ao participar da Residência Pedagógica?
2. O que você considera como experiência importante/essencial adquirida na RP?
3. Comente o que você aprendeu durante a sua permanência na RP.
4. Você recomendaria a RP para outros acadêmicos?
5. Discorra brevemente sugestões para a implementação da RP.